

ATA N.º 9/2016:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2016:

No dia seis de abril de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis horas e vinte minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que, na sequência do pedido de suspensão de mandato de 1 de abril a 1 de julho de 2016, apresentado pela Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação

PONTO 2 – Aceitação de doações

PONTO 3 – Requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo – Aprovação de minuta de Protocolo

PONTO 4 – Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 21.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó, e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela

PONTO 5 – Arrábida Reserva da Biosfera – Protocolo de Colaboração entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- **Moção (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)** – a ser apresentada pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Moção (Criação de Administração comum para os Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra)** – a ser apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** saúda os presentes e, seguidamente, passa à apresentação da Moção que se transcreve:

MOÇÃO (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)

“Recentemente, têm estado em negociação vários tratados internacionais, entre eles TTIP (parceria transatlântica para o comércio e investimento), CETA (acordo global económico e comercial), TPP (parceria transpacifico), TISA (acordo de comércio de serviços), que visam, oficialmente, liberalizar o investimento e o comércio em vastas zonas do globo, com o declarado objetivo de construir e legitimar um novo paradigma de poder corporativo das grandes empresas sobre os Estados.

No caso da Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento (TTIP), a Comissão Europeia e o Governo dos EUA têm vindo a promover, no maior secretismo, um Acordo Bilateral de Comércio Livre, também denominado por Tratado Transatlântico. O que se sabe com este tratado é o facto de se pretender “ligar ao mais alto nível de liberalização os acordos de comércio livre existentes, (bem como) a eliminação de todos os obstáculos inúteis ao comércio (...) e à abertura dos mercados”.

A aceitação deste Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, tendo em conta a sua dimensão, viria afetar, de maneira horizontal, todos os setores económicos e todos os setores da sociedade. Só por esta razão, todo o processo que envolve este acordo deveria ser um modelo de transparência e democracia, mas, de facto, não é isto o que acontece, pois o que se observa é um processo obscuro, nada transparente e pouco democrático.

Após dois anos de negociações, não existe informação concreta sobre o que está a ser concertado na especificidade, nem são conhecidos verdadeiros estudos independentes sobre os impactos social, económico e ambiental e, acima de tudo, não existe um verdadeiro debate, sério e abrangente, dentro da sociedade e mesmo para as instituições democraticamente eleitas, como os Parlamentos Europeu e Nacionais, sendo a informação condicionada e escassa.

Importa salientar que este tratado não é de facto um tratado qualquer; ele resulta de uma alteração de estratégia por parte dos EUA e da UE, com vista a alcançar o objetivo da liberalização do comércio mundial e que caiu num impasse com o falhanço das negociações ao nível da OMC.

Assim, EUA e UE decidiram alcançar por via dos acordos bilaterais aquilo que não conseguiam alcançar com um acordo multilateral e de facto EUA e UE juntos, representam 60% do PIB mundial, 33% do comércio mundial de bens e 42% do comércio mundial de serviços, o que quer dizer que só por aqui grande parte da liberalização do comércio mundial fica desde logo feita.

Acresce a isto que este acordo, a concretizar-se, servirá de pressão para que os países que têm bloqueado as negociações ao nível da OMC deixem cair determinadas exigências, uma vez que este acordo, ao mesmo tempo que favorece as trocas comerciais entre EUA e UE prejudica as exportações de países terceiros para estes dois mercados.

Em relação aos impactos que poderão advir da assinatura deste acordo eles são muitos e diversos desde logo ao nível social, com a perspetiva de destruição de milhares de empregos, nomeadamente por via da falência das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar que não sobreviverão a um mercado completamente liberalizado, onde a regra é exatamente a ausência de regras públicas de regulação do comércio e da produção.

Também ao nível social, o que poderá ser perspetivado será a continuação da degradação dos direitos laborais por toda a Europa, em nome da competitividade nos mercados mundiais, por via do chamado dumping social.

Por outro lado, este tratado significaria também aligeirar as regras no que respeita à garantia da qualidade dos produtos, em matéria de segurança alimentar, em matéria de impacto ambiental dos modelos de produção, em matéria de bem-estar animal, entre outros, uma vez que a harmonização da regulação que está prevista entre a UE e os EUA será sempre no sentido do menor denominador comum, ou seja, para uma forma de regulamentação mais permissiva e onde se inclui aqui a ameaça de liberalização do cultivo de OGM.

Acresce ainda que, para além de se refletir em menos políticas públicas, este tratado representaria também um atentado ao papel legislativo futuro das instituições democráticas, uma vez que, em qualquer matéria alvo de acordo e onde a realidade futura venha a ditar a

necessidade de nova regulamentação, será necessário haver o consentimento da outra parte para que tal se possa verificar, falando-se ainda de um mecanismo para a resolução de conflitos, que permitiria que as empresas transnacionais processassem os Estados, fora dos seus tribunais nacionais, pela perda de lucros, nomeadamente de lucros futuros, o que conduziria à dissuasão da atividade pública legislativa também por esta via.

O TTIP implica, igualmente, um modelo produtivo mais intensivo e concentrado. Por exemplo, ao nível do sector agrícola, o que os dados previsionais espelham é que existem diferenças de realidades no que toca a modelos de produção entre os dois lados do atlântico, nomeadamente no que respeita ao seu grau de intensificação (por ex., enquanto na UE a área média por exploração é de 13 ha, nos EUA é de 180 ha; enquanto na UE existem 57 trabalhadores por cada 1000 ha, nos EUA existem 6 trabalhadores), sabendo-se bem qual o modelo económico que sairá beneficiado por este acordo e as consequências que tal trará ao nível laboral e da sustentabilidade ambiental de um futuro modelo produtivo.

Considerando que, em termos de sustentabilidade, não se coloca apenas o nível do modelo produtivo, como também o nível do modelo de comercialização, uma vez que o TTIP irá estimular ainda mais a deslocalização do consumo e da produção, num sistema baseado cada vez mais no consumo de combustíveis fósseis e na mercantilização dos recursos naturais, com enormes impactos, por exemplo, ao nível das alterações climáticas.

São medidas desta natureza que põem em causa a sustentabilidade do território, comprometendo a diferenciação e o sucesso dos seus produtos de qualidade e a afirmação de uma economia de base local assente em valores endógenos.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Palmela **delibera**, na sequência da presente proposta:

- 1 - Manifestar estranheza por um acordo desta importância e dimensão estar a ser negociado no 'segredo dos gabinetes', sem o conhecimento dos Estados e a participação alargada dos sectores económicos e associações de consumidores nacionais;
- 2 - Reclamar e tudo fazer para que qualquer futuro acordo comercial seja alvo de um processo transparente e democrático, acompanhado por um verdadeiro debate, sério e abrangente, dentro da sociedade;
- 3 - Rejeitar os impactos negativos do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento em negociação, nomeadamente os sociais, económicos, laborais, ambientais e alimentares e de eventual limite às próprias funções do poder democrático, garantindo-se sempre a prioridade da defesa dos interesses nacionais;
- 4 - Expressar a sua preocupação, instando o Governo para que não venha a ser subscrito este acordo, nos termos em que tem vindo a ser negociado entre os EUA e a União Europeia.

Mais delibera ainda:

- Enviar a presente Moção para:
 - Presidente da Assembleia da República
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - Primeiro-ministro
 - Ministério da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento Rural
 - Assembleia Municipal de Palmela
 - Juntas de Freguesia de Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e União das Freguesias de Marateca e Poceirão
 - Confederações e associações locais de Agricultores
 - Organizações Locais de Produtores
 - Associações de Defesa do Consumidor
 - Associações Ambientalistas.”

Sobre a Moção (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que fez algum compasso de espera pensando que o Partido Socialista (PS) fizesse uma primeira intervenção, até para explicitar aquilo que o Governo vai fazer sobre a negociação em causa.

Reconhece que esta matéria tem sido alvo de variadíssimas discussões que têm perdurado, não só no panorama nacional, como no panorama internacional e nas instâncias europeias. Nestas últimas, têm sido amplamente discutidas, quer entre a Comissão Europeia (os estados membros), quer nos parlamentos europeu e nacional.

Considera que a Moção parte de um erro ao mencionar que o futuro Tratado está a ser negociado num 'segredo' dos gabinetes. Se há tratado que tem sido falado abundantemente, quer entre governos, quer nas instâncias europeias, quer nas instâncias nacionais, tem sido a Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento (TTIP). É uma divergência insanável.

O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) têm uma posição contrária a tudo o que tenha a ver com o Mercado. São a favor de economias fechadas, protegidas. Estranhamente alguns países que têm como génese a ideologia comunista, como seja a China, têm, em algumas matérias, contribuído para a desregulação dos Mercados, na perspetiva em que os direitos dos trabalhadores e a forma de as trocas económicas e os investimentos serem feitos nos países ocidentais - por exemplo, Estados Unidos da América (EUA) e União Europeia - perdem quando estão em concorrência com a China onde os direitos dos trabalhadores são palavra vã e a concorrência com os outros países é desleal. Se há países

da União Europeia em que os trabalhadores têm, felizmente, direitos, não é o caso de países como a China, o que provoca uma desregulação no Mercado e, também, alguns entraves.

No fundo é um tratado/negociação entre dois blocos económicos importantes, e nessa matéria a Moção reflete isso. Trata-se da maior economia mundial (EUA) e um grande bloco económico com é a União Europeia. Não deixa de ser curioso perceber que o PCP e a Coligação Democrática Unitária (CDU) continuam a ser contrários àquilo que é a remoção de alguns entraves às livres trocas comerciais e que, muitas vezes, põem em causa as próprias capacidades das economias europeia e americana.

Independentemente do que diz a Moção, a grande questão é a acusação de princípio contrária ao que é uma economia livre de Mercado, que não significa desregulada, naturalmente, mas é isso que está em causa. Apesar de compreender, do ponto de vista ideológico, que o PCP e o PEV apresentem a Moção, votará contra, sendo certo que também percebe que o PCP e o PEV procuram transmitir um recado ao seu parceiro de coligação governamental: que não aprove esse Tratado. É um problema insanável, que tem de ser gerido no seio da coligação que suporta o Governo, ou seja entre o PS e a CDU.

O Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social – Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP) não tem qualquer problema com esse Tratado. O Tratado não está fechado, pois tem de ser alvo de aperfeiçoamentos, uma vez que “nem tudo” está em ainda em condições de ser aprovado. Mas, por princípio, e a Moção parte de uma questão de princípio, a Bancada do PPD/PSD.CDS-PP é favorável ao intensificar dessas negociações e à concretização de um Tratado justo e equilibrado, e a CDU é, à partida, contrária a esse Tratado. Pelo exposto, a presente Moção merece o seu voto contra.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta cumprimentos.

Em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a Bancada do Partido Socialista (PS) não tem, presentemente, capacidade para saber qual é a posição do Governo, mas podem definir a dos/a Eleitos/a neste órgão autárquico. A opinião (dos/a Vereadores/a Pedro Taleço, António Braz e Cristina Rodrigues) defende que faz todo o sentido exigir transparência nas negociações e a salvaguarda dos padrões europeus no que diz respeito ao trabalho, aos direitos sociais, ao ambiente, e tudo deve ser equacionado, como é óbvio, nesse Tratado. Todavia, não podem acompanhar a Moção para além dessa preocupação.

Acrescenta que os/a Eleitos/a do PS não veem qualquer sentido em provocar, nesta altura, o pânico e a controvérsia sobre um Tratado que tem uma importância geoestratégica tão grande e que pode corrigir alguns desequilíbrios em termos do que é o comércio e o investimento em termos globais. Para além disso, vai haver, certamente, espaço para discussão e para garantir os direitos adquiridos, os padrões de proteção laborais, entre outras, uma vez que este acordo só vai entrar em vigor com a retificação do Parlamento Europeu. Até ao final de 2016 vai haver espaço para verificar se são cumpridas as exigências que preocupam os/as cidadãos/ãs e que

preocupam o PS e a generalidade dos portugueses. Os/a Vereadores/a do PS percebem as questões da exigência, da transparência em relação ao acordo e que estão contidas na presente Moção, mas não a podem acompanhar em relação a 'alguma' oposição ao acordo de parceria, pelo que vão abster-se, na certeza de que cabe ao Parlamento Europeu verificar se foram cumpridas as exigências e as preocupações que as/os cidadãs/ãos têm em relação a esse Tratado.

Relativamente à posição do Partido Socialista (PS), o **Sr. Presidente** menciona que estava à espera que assumissem uma posição favorável, considerando que o que se pretende é instar o Governo para que não venha a subscrever esse acordo nos termos em que tem vindo a público.

E continua "Naturalmente, não se pretende que o Moscatel de Setúbal venha a ser feito na Argentina". É isso o que está em causa. Uma posição dessa natureza defende os territórios, a economia e os interesses do país. Considera que, como Eleitos/as que são, têm a obrigação de chamar à atenção do Governo, pois por aquilo que se conhece de anteriores tratados e, por aquilo que a globalização já provocou nas economias europeias, as diversas regiões de Portugal têm que ter mecanismos de defesa e de salvaguarda. O que está em causa é que 'alguém' com poder económico pode registar a marca em primeiro lugar e o território que tem a marca própria fica impedido de a produzir. Pessoalmente, apreciava que essa discussão pudesse ser feita em reunião de Câmara para se perceber se os/as Eleitos/as que estão na Oposição concordam. Não obstante, não se está no Parlamento e com 'atordoadas' de anticomunistas, Coreia do Norte e China. O assunto é sério e interessa aos/às cidadãos/ãs do concelho e, particularmente, a um território que apesar da crise tem sobrevivido, muito à custa do enoturismo e dos produtos de qualidade, como os queijos e a doçaria. É isso que dá emprego às pessoas, porque essas estão sempre presentes e não estão dependentes de se vender mais ou menos automóveis e dos colapsos financeiros nos Estados Unidos da América ou na China. É isso que dá sustentabilidade aos territórios e deve merecer uma reflexão séria, ao invés, de 'atordoadas' de outra natureza. Estava à espera de uma intervenção mais séria neste domínio, por parte do Sr. Vereador Paulo Ribeiro.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** começa por responder ao Sr. Vereador Pedro Taleço e aconselha-o a que realize mais pesquisas sobre o Tratado Transatlântico porque, ao contrário do que foi afirmado, há possibilidade, num capítulo do Tratado, da sua aplicação provisória sem a intervenção do Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais não se verifica. Aproveita para criar uma imagem sobre essa possibilidade e para se entender o porquê da pertinência da Moção. Por uma questão de segurança, quem é "pai" com certeza que não vai adquirir um alimento ou um brinquedo onde os estudos científicos são contraditórios. Essa é a posição da Coligação Democrática Unitária (CDU). Enquanto isso não estiver na comunidade científica devidamente acautelado, há que refutar e jogar pela cautela.

Mais refere que outro princípio a ter em consideração denomina-se princípio da precaução. Trata-se de um princípio ético e político que permite aos estados membros invocá-lo sempre que haja questões, ou ações, ou projetos que ponham em causa – ou, pelo menos, possam pôr em causa - o risco da Saúde e do Ambiente. Apelida que a Moção tem toda a razão de ser e lamenta que os/a Vereadores/a do Partido Socialista (PS) não a acompanhem.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** suscita a questão sobre se a comunidade tem conhecimento desse Tratado. A verdade é que quem quiser saber informação sobre o Tratado Transatlântico tem forçosamente de fazer buscas na *internet*, pois nem a comunicação social fala nele.

Convida, e aconselha, todos os presentes a fazerem essa pesquisa de informação, pois ao contrário do que é dito, existe uma clara falta de transparência. Para comprovar faz a seguinte citação de um documento, datado de setembro de 2013:

"A Comissão Europeia alegou que a [Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento – TTIP] não representaria nenhuma ameaça aos Regulamentos da Saúde, Segurança, Meio Ambiente ou Segurança Ambiental. Nada pode ser mais inverdade. Diremos que, dois meses antes, o Negociador-chefe da União Europeia, Ignacio Garcia Bercero, havia confirmado em despacho ao seu correspondente americano que a Comissão Europeia bloqueia o acesso público a documentos relacionados à negociação e ao desenvolvimento da TIPP. [...]"

À cautela, a Comissão Europeia convocou representantes dos países-membros da União Europeia para um encontro em novembro de 2013. O objetivo era oferecer instruções acerca de comunicações futuras referentes a este Tratado, que deveriam ser controladas e coordenadas, porque a transmissão de algumas debilitaria a regulamentação e os níveis existentes de proteção em áreas como a Saúde, Segurança e o Meio Ambiente.

A Comissão Europeia chegou a sugerir que o lançamento de uma conta no Twitter dedicada às negociações da TIPP demonstrasse uma prova de transparência, apesar da eventual potencial propagandístico que o time, o negociador da União Europeia....".

Perante a citação que fez, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** questiona onde é que está a transparência. Não compreende todas as cautelas, pois quando é transparente é transparente. Não é necessário dar a capa de transparência.

Ainda, quanto às negociações acrescenta:

"O governo americano apelou publicamente para que as suas empresas exerçam maior influência no estabelecimento de padrões de regulamentação em ambos os lados do Atlântico. Em resposta, a Comissão Europeia sugeriu a criação de um Conselho de Cooperação Regulatória.

Este poder concedido a corporações para controlar padrões reguladores quase se concretizou em 2013, quando os Estados Unidos e a União Europeia concordaram em estabelecer o órgão mencionado como parte do acordo da TTIP."

Como se constata, refere a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, que se trata de uma ameaça. Uma ameaça, por exemplo, aos empregos. Quanto às perdas, acrescenta o que a Comissão Europeia afirmou:

"Provavelmente custará aos trabalhadores europeus um corte de vagas de forma prolongada e real, já que as empresas são incentivadas a adquirir bens e serviços em estados norte-americanos, onde as normas trabalhistas são inferiores e os direitos sindicalistas inexistentes."

Menciona que existe outra preocupação:

"A TTIP possa rebaixar normas trabalhistas identificadas como "barreiras" ao comércio. Por exemplo, acordos coletivos de trabalho poderiam ser questionados por representarem uma restrição ao modelo de negócio dos competidores."

Além disso, quase metade dos estados americanos adotou uma legislação antissindical chamada right to work, ou "direito ao trabalho", que debilita as finanças dos sindicatos e permite que as empresas reduzam o salário aos aposentados e o plano de saúde dos seus trabalhadores." Conclui, afirmando, que a proteção do investidor é mais do que evidente.

Acrescenta a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** que se prevê, ainda, num determinado capítulo, a criação de uma norma em que as empresas transnacionais possam solicitar indemnizações avultadas aos estados sem recurso ao seu sistema judicial, mas sim a tribunais arbitrais onde a imparcialidade é posta em causa. Acredita que as razões invocadas são, por si só, mais do que suficientes para fundamentar a importância da presente Moção.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** clarifica que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho citou as posições dos negociadores em que procuram esgrimir argumentos para derrotar os argumentos da outra parte; mas, numa negociação, é assim. Para além disso, as negociações têm vindo a arrastar-se há vários anos e estão longe da conclusão.

Enfatiza que a Coligação Democrática Unitária (CDU), umas vezes tem uma posição a favor das decisões daqueles que são os representantes dos eleitores - seja nos parlamentos nacionais, seja nos órgãos autárquicos, seja nos europeus - e, outras vezes, querem ouvir os produtores e os agentes económicos. Ainda bem que o fazem. Todavia, se há fórum onde o processo de decisão decorre dos tratados e faz parte do processo de decisão do Parlamento Europeu é a audição das partes interessadas. Acredita que, hoje em dia, tudo se sabe. Reconhece que a CDU tem uma posição de princípio contrária a esse tipo de Tratado, e é isso que está em causa com a Moção em apreço. Não se tratam de alguns aspetos 'mais ou menos' controversos, do Tratado em negociação, porque está certo que as instituições nacionais e europeias vão saber defender o modelo de sociedade e o modelo económico; é isso o que está em causa.

Quanto à referência à Coreia do Norte, absteve-se de mencioná-la, porque não se trata de um país livre. Não faz sentido na Coreia do Norte quando se fala de comércio livre.

Submetida a votação a Moção (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento), foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** passa à apresentação da Moção que se transcreve:

MOÇÃO (Criação de Administração comum para os Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra)

“O Conselho de Ministros, no dia 3 de março, aprovou um “diploma que estipula que o Porto de Lisboa e os Portos de Setúbal e Sesimbra passam a ter um conselho de Administração comum, em regime de acumulação de funções, para efeitos de planeamento estratégico e promoção de sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas”, diploma este que foi, entretanto, publicado, como Decreto-lei, no passado dia 9 de março, pelo que é imperativo assumir uma posição sobre tão importante questão para Palmela e para o tecido económico do concelho.

Lamentamos que o Governo tenha decidido alterar de forma tão acentuada o modelo de gestão da administração portuária de Setúbal sem ter, previamente, encetado um processo de consulta das autarquias locais em que a atividade da APSS têm efeitos diretos, nem sequer tenha divulgado os estudos para sustentar esta decisão.

Consideramos positiva a intenção de efetuar um “planeamento estratégico dos dois portos e de promover sinergias organizacionais e operacionais de ambas as empresas”, tal como foi anunciado pelo Governo, contudo, para atingir tal objetivo não é necessária uma administração conjunta que, mais tarde ou mais cedo, redundará na subalternização de um porto que tem uma autonomia consolidada e uma identidade histórica que não pode ser esquecida.

O planeamento estratégico dos portos pode ser alcançado por outras vias, nomeadamente por efetiva coordenação permanente dos necessários trabalhos para atingir este objetivo por parte da tutela ministerial.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em 6 de abril de 2016, **delibera:**

1. Rejeitar, inequivocamente, os projetos de diluição dos Portos de Setúbal e Sesimbra em qualquer estrutura de administração que não esteja preparada nem vocacionada para atender às necessidades do Distrito Setúbal e às suas especificidades portuárias;

2. Exigir que o Governo retroceda nesta decisão, pois ela é lesiva dos interesses dos Portos de Setúbal e Sesimbra, bem como do tecido económico da região e de Palmela em particular;
3. Dar conhecimento desta deliberação ao Primeiro-ministro, Ministra do Mar, todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, APSS e à comunicação social.”

Sobre a Moção (Criação de Administração comum para os Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra) intervêm:

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** referencia que a Moção menciona que se trata de uma questão muito importante para Palmela e que a administração conjunta vai ter problemas. Não concorda com esta posição. Os/a Vereadores/a do Partido Socialista (PS) preferem realçar o lado positivo da administração conjunta, pois as autarquias locais passam a estar representadas, pela primeira vez, na nova administração portuária, através de um administrador nomeado pela Área Metropolitana de Lisboa (AML). Para além disso, o Conselho Metropolitano de Lisboa vai também ser ouvido sobre o plano estratégico dos três portos: Lisboa, Setúbal e Sesimbra. Acontece que isso era algo que não acontecia.

Conclui, dizendo que, pela primeira vez, as autarquias locais vão estar representadas na administração portuária e isto é uma valorização da participação dos municípios. Não lhe parece que seja ao contrário. A presente Moção vai merecer o voto contra por parte dos/a Eleitos/a do PS.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere-se ao Decreto-lei n.º 15/2016, que visa a criação de uma administração comum, existe o grande risco de haver a subordinação do Porto de Setúbal e de Sesimbra a Lisboa. Quanto à isenção, essa já vinha do passado, mas existe um histórico que remonta ao Governo anterior sobre essa questão da fusão, pois é uma tentação que o Porto de Lisboa subalternize e possa decidir aquilo que será o Porto de Setúbal e de Sesimbra, contrariamente ao que afirmou a Sra. Ministra do Mar quando recebe a comunidade do Porto de Setúbal. Existem modelos e há vontades que vêm detrás e que, infelizmente, acabam por não permitir a tal isenção que devia existir. Sendo assim, a Coligação Democrática Unitária (CDU) vai secundar a Moção.

O **Sr. Presidente**, em aditamento, menciona que a questão da representatividade dos municípios, sendo importante não é, no caso da medida recentemente tomada, bem conseguida. No fundo, trata-se de um representante dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa num conselho para ser consultado sobre as questões de transportes e de portos que, dizendo respeito a uma zona de península e comum têm, de facto, especificidades, quer nas questões concretas da pesca, quer nas questões da carga, bem como noutros aspetos que

estão ainda por resolver e que só vão ser resolvidos se houver a inversão de algumas tendências políticas. Entre outras, destaca as seguintes:

- o subinvestimento na ligação de algumas infraestruturas aos portos;
- a questão da mobilidade dos trabalhadores;
- a sobreposição de competência que há com outras entidades;
- a ausência de um porto de pesca na Trafaria;
- a indefinição, ou falta de resposta definitiva, relativamente ao Terminal de Contentores no Barreiro.

Continua dizendo que todas essas questões vão ser mais secundarizadas com uma administração centralizada. Na sua opinião, essa medida peca por não ter sido previamente sujeita à participação das principais estruturas interessadas nessa matéria e, em particular, dos municípios. Em coerência com o que a maioria em exercício tem defendido - houve pressa do atual Governo em tomar uma medida, atropelando o contributo e a concertação que devia ter havido (e são mais os aspetos negativos em presença do que propriamente os aspetos positivos que uma proposta dessa natureza vai ter para a região). Afirma a disponibilidade da Coligação Democrática Unitária (CDU) para votar favoravelmente a Moção em apreço.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** efetua um breve apontamento: esta questão é concretizada agora, mas não é de agora, pois há muito que Lisboa tem procurado fazer essa agregação entre os portos. Considera que essa tendência se tem vindo a agudizar ou a realçar nos últimos tempos, mais ainda quando o Porto de Lisboa, muito por força das suas idiossincrasias próprias tem perdido 'força' face ao porto de Setúbal. Setúbal tem crescido em termos de contentores e o Porto de Sesimbra foi, no ano passado, o principal porto de pesca do país. Perante isso, Lisboa tem procurado retomar a influência que foi perdendo e isso à custa de Setúbal. Recorda que, grande parte das empresas exportadoras que usam o Porto de Setúbal são do concelho de Palmela - já para não falar das zonas em que Palmela e o Porto de Setúbal têm áreas comuns, nomeadamente na zona da ribeira da Marateca.

Mas existe um risco associado dessa fusão estratégica dos portos, pois todos os portos nacionais, sem exceção, têm de ter uma estratégia comum de competição com Espanha. Uma subalternização numa altura em que o Porto de Setúbal está a ressurgir e a recuperar face aos outros portos, nomeadamente, o de Lisboa.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** termina saudando a votação da Coligação Democrática Unitária (CDU).

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** alude à afirmação do Sr. Vereador Paulo Ribeiro quando afirmou que "*Setúbal tem crescido em termos de contentores.*" Perante essa afirmação questiona sobre se o Sr. Vereador Paulo Ribeiro tem conhecimento que a taxa de utilização de contentores no Porto de Setúbal, neste momento, está abaixo dos 30%. Não lhe parece que isso seja bom. Considera que, após a alteração, vai ser interessante verificar dentro dos

próximos um ou dois anos qual vai ser a taxa de utilização. Até é possível que venha a dar razão ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro mas, neste momento, não, porque a taxa de utilização de contentores está abaixo dos 30%.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** acrescenta que o Partido Socialista (PS) não está a ver o assunto de forma 'pequenina', ou seja, de um porto que está a ser ameaçado por outros. Ao invés, a administração única, é vista como uma oportunidade de haver um plano estratégico conjunto, pois Sesimbra e Setúbal estão a ter um crescimento, em termos de atividade, de 24%. A posição do PS é fundamentada pela gestão conjunta de uma região que, numa perspetiva mais macro, não é assim tão grande. Reforça a posição do PS na perspetiva que representa uma visão de integração, de coordenação de uma região e não como uma reação obscura que estava a ser preparada, já há muito tempo, pelo Porto de Lisboa contra o crescimento do Porto de Setúbal.

O **Sr. Presidente** alega que os argumentos da maioria CDU os levam a votar a favor e são muito mais ricos e extensos do que os referenciados na Moção em apreço. Também acredita que, se o Governo em funções tivesse sido na lógica do anterior, possivelmente estar-se-ia agora a votar uma Moção contrária a esta, porque não mudou a perspetiva que basta concentrar administrações para resolver os problemas. Como exemplo, menciona que essa estratégia se veio a revelar errada nos transportes, nas águas e no saneamento. É de opinião que o Partido Socialista (PS) é que não tem a coragem de romper - para umas situações mantém e para outras vai admitindo voltar a desmembrar, como é o caso das águas e do saneamento -, ao que acrescenta o seguinte: *"parece que se vai voltar a ter um Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal"*.

Submetida a votação a Moção (Criação de Administração comum para os Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra), foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Calendário do Orçamento Participativo** – O **Sr. Presidente** recorda que «em abril, participação mil» e, entre outros eventos e formas de participação, ter-se-á já na próxima semana o primeiro ciclo do Projeto "Eu Participo!/OP (Orçamento Participativo) 2016" com reuniões em todas as sedes de freguesia, cuja calendarização é o seguinte:

- No dia 11 de abril, em Pinhal Novo, no salão da Junta de Freguesia, às 21:00 horas;
- No dia 12 de abril, em Quinta do Anjo, no salão da Junta de Freguesia, às 21:00 horas;
- No dia 13 de abril, em Águas de Moura, no Pavilhão Multiusos, às 21:00 horas;
- No dia 14 de abril, em Poceirão, no Centro Cultural do Poceirão, às 21:00 horas;

- No dia 15 de abril, em Palmela, na Biblioteca Municipal de Palmela, às 21:00 horas.

Faz um apelo à participação dos/as munícipes com propostas/debate sobre as necessidades para o concelho, dando-se conhecimento dos recursos existentes e das opções já tomadas.

Menciona que o processo do ano passado foi bastante rico. Houve a possibilidade de incluir 27 novos investimentos no Plano, que estão já assumidos. Espera que as sessões deste ano sejam muito produtivas. Paralelamente vai existir um processo, por enquanto único e de certa forma inovador: um Orçamento Participativo para os/as trabalhadores/as do Município.

- **Semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo** – O Sr. Presidente informa que se aproxima a “Semana da Freguesia de Quinta do Anjo” (de 18 a 22 de abril).

Realizar-se-á a habitual reunião entre Executivos, a reunião de Câmara descentralizada e o Atendimento Descentralizado, nos seguintes dias, horas e locais:

- . Dia 19 de abril, às 10:00 horas – reunião entre executivos, na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;
- . Dia 20 de abril, às 21:00 horas – reunião de Câmara, na sede da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª fase;
- . Dia 22 de abril, às 10:00 horas – atendimento descentralizado, na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

A “Semana da Freguesia de Quinta do Anjo” conta com a seguinte programação:

- visita a obras em curso;
- visita a locais onde têm sido sinalizados alguns problemas;
- visita a instituições sociais;
- reunião com agentes económicos;
- reunião com escolas e respetivas Associações de Pais.

Conclui dizendo que esta é uma oportunidade para uma governação participada e descentralizada no local, procurando interagir com todos os agentes da freguesia de Quinta do Anjo.

- **Palmela na RECEVIN (Rede Europeia de Cidades do Vinho)** – O Sr. Presidente destaca que ele próprio, enquanto Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Manuel Balseiro Amaro, foi eleito para o Conselho de Administração da Rede Europeia de Cidades do Vinho (RECEVIN) na sequência de uma candidatura, que se revelou vencedora e com uma enorme dinâmica, firmada pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

O Conselho de Administração, que tem a composição de 12 membros, conta com 4 municípios portugueses (Reguengos, Palmela, Lamego e Cartaxo). O Município de Reguengos presidirá à

RECEVIN. O Município de Palmela está na direção, e independentemente do cargo, pretende-se dinamizar o setor do enoturismo junto das instâncias europeias e dar outra visibilidade a esses territórios e, sobretudo, procurar alocar programas de investimento para essa área, entre outras matérias, nomeadamente, uma rede de museus e uma rede de aldeias vinhateiras.

Viveram dias muito produtivos, de debate com os colegas italianos e espanhóis, que são aqueles que, em maior número, estão na RECEVIN. Trata-se de uma rede que, presentemente, já tem municípios da Croácia, Áustria, França e de muitos outros países. Os municípios em maior número e possuidores de uma grande dinâmica são portugueses, espanhóis e italianos.

Destaca que, como Presidente da Câmara Municipal, assume com muita responsabilidade, mais do que orgulho, a responsabilidade de dinamizar a Rede Europeia de Cidades do Vinho e que, desse modo, pode ter reflexos positivos no trabalho nessa área em Portugal e, em particular, no território do concelho de Palmela.

• **Alteração na distribuição dos Pelouros** – O **Sr. Presidente** passa a informar a alteração que a maioria CDU neste executivo entendeu efetuar nos pelouros, na sequência da aprovação da nova estrutura orgânica, que contou com a criação de mais algumas Divisões e Gabinetes de 3.º Nível.

Verifica-se a necessidade de codificar competências e tentar evitar algumas sobreposições de dirigentes que têm de responder a vários Srs./Sras. Vereadores/as por causa de algumas matérias. Dessa forma, contribui-se para um funcionamento mais eficiente e eficaz da organização. Aproveita-se a oportunidade para efetuar uma redistribuição e alteração da designação de alguns pelouros. Enuncia-se o quadro seguinte:

Atual distribuição de Pelouros	Nova distribuição de Pelouros com as novas designações
Álvaro Amaro (Presidente) Coordenação Geral Cooperação Internacional Desenvolvimento Estratégico Planeamento Urbanístico Proteção Civil e Segurança Participação e Ação Local	Álvaro Amaro (Presidente) Coordenação Geral Cooperação Internacional Planeamento e Desenvolvimento Estratégico* Proteção Civil e Segurança Participação e Ação Local Igualdade de Género*
Adília Candeias (Vice-Presidente) Recursos Humanos e Organização Modernização Administrativa Saúde Ocupacional Formação Autoridade Veterinária	Adília Candeias (Vice-Presidente) Recursos Humanos/Gestão e Qualificação* ¹ Saúde Ocupacional Autoridade Veterinária Projetos e Obras Públicas Logística, Transportes e Conservação*

Projetos e Obras Públicas Logística e Conservação Transportes e Comunicações Gestão e Limpeza de Espaços Exteriores Urbanos	Rede Viária e Acessibilidades[◊] Gestão e Limpeza de Espaços Exteriores Urbanos
Adilo Costa (Vereador) Educação Ação Social e Saúde Habitação Social Juventude Desporto Defesa do Consumidor Administração e Finanças Fiscalização Municipal Atendimento Feiras e Comércio não Sedentário Metrologia	Adilo Costa (Vereador) Educação Ação Social e Saúde Habitação Social Sistemas de Informação e Modernização Administrativa[◊] Administração, Finanças e Serviços Jurídicos* Fiscalização Municipal Atendimento

Atual distribuição de Pelouros	Nova Distribuição de Pelouros com designações atuais
Luís Miguel Calha (Vereador) Desenvolvimento Económico Turismo Mercados Municipais Informação e Comunicação Cultura Bibliotecas Municipais Recuperação/Revitalização do Centro Histórico	Luís Miguel Calha (Vereador) Desenvolvimento Económico Turismo Mercados e Feiras^{◊2} Metrologia[#] Defesa do Consumidor[#] Informação e Comunicação Cultura³ Recuperação/Revitalização do Centro Histórico Juventude[#] Desporto[#]
Fernanda Pésinho (Vereador) Gestão Urbanística Ambiente	Fernanda Pésinho (Vereador) Gestão e Planeamento Urbanístico[◊] Habitação - Reabilitação Urbana

Mobilidade e Acessibilidades Eficiência Energética Habitação - Reabilitação Urbana Águas e Resíduos Sólidos Urbanos	Ambiente Mobilidade e Transportes Públicos* Eficiência Energética Águas e Resíduos Sólidos Urbanos
Natividade Coelho (Vereadora) (Sem Pelouros)	Natividade Coelho (Vereadora) (Sem Pelouros)
Pedro Taleço (Vereador) Iluminação Pública Cemitérios Toponímia	Pedro Taleço (Vereador) Iluminação Pública Cemitérios Toponímia
Cristina Rodrigues (Vereadora) (Sem Pelouros)	Cristina Rodrigues (Vereadora) (Sem Pelouros)
Paulo Ribeiro (Vereador) (Sem Pelouros)	Paulo Ribeiro (Vereador) (Sem Pelouros)

[1] Absorve a Formação, evitando equívocos com a formação para a comunidade.

[2] Uma vez que todas as funções relativas a mercados e feiras, sejam de iniciativa municipal ou particular, permanentes ou sedentários, voltam a depender do mesmo serviço e do mesmo eleito, aglutina-se, como ocorreu no passado.

[3] O Pelouro da Cultura passa a abranger todos os equipamentos culturais incluindo as Bibliotecas Municipais, não se encontra motivo para singularizar este equipamento e não outros (que aliás só ocorreu porque no início do mandato as Bibliotecas ficaram associadas ao Pelouro da Educação).

Legenda:

- * Mudança de Designação do Pelouro
- ❖ Novo Pelouro
- ◇ Mudança de Designação do Pelouro/Afetação de Pelouro a outro eleito
- # Afetação de Pelouro a outro eleito

O **Sr. Presidente** menciona que, em resumo, verifica-se o seguinte:

Presidência

O Desenvolvimento Estratégico passa a Planeamento e Desenvolvimento Estratégico. É uma precisão importante porque esta área inclui, simultaneamente, o Gabinete do Plano Diretor Municipal (PDM), mas, a par disso, tem de ser um Observatório do Desenvolvimento Económico do concelho.

Sra. Vereadora Adília Candeias (Vice-Presidente)

Anteriormente designava-se Recursos Humanos e Organização, sendo que a Formação estava num pelouro à parte. Mas a Formação confunde-se com a formação interna e a formação para a comunidade. Então, entendeu-se atribuir uma nova designação: Recursos Humanos/Gestão e a Qualificação. Portanto, trata-se da formação e qualificação dos Recursos Humanos, dos/as trabalhadores/as.

Quanto à Logística e Conservação e Transportes e Comunicações, há que diferenciar transportes (mobilidade), transportes públicos e transportes da Câmara Municipal ligados à Logística. Então, a designação passa a ser Logística, Transportes e Conservação, por ser mais claro.

A Rede Viária e Acessibilidades estava adstrita à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, mas que transita para a Sra. Vereadora Adília Candeias.

Vereador Adilo Oliveira Costa

Fica com a Organização e Modernização Administrativa, pelouros anteriormente da Sra. Vereadora Adília Candeias, mas com uma nova designação: Sistemas de Informação e Modernização Administrativa.

A Administração e Finanças entendeu-se passar a Administração, Finanças e Serviços Jurídicos.

Os pelouros do Desporto e da Juventude vão transitar para o Sr. Vereador Luís Miguel Calha, em virtude da atual subdivisão que houve na Divisão de Cultura, Comunicação e Turismo (DCCT), que passa a designar-se Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local (DCTEL).

A antiga Divisão de Cultura passa a ter o Desporto e a Juventude. Entendeu-se que faz sentido e que o trabalho vai fluir melhor sob a mesma direção, os mesmos dirigentes e com ligação a um único vereador.

Sr. Vereador Luís Miguel Calha

Os Mercados Municipais passam a Mercados e Feiras, porque há os mercados municipais e há os mercados sedentários e não sedentários. Considera-se que tudo deve estar concentrado num único serviço que tem vocação para a fiscalização e o acompanhamento dessas matérias.

A Defesa do Consumidor passa para a área do Desenvolvimento Económico.

Quanto à Cultura, não fazia sentido haver a Cultura e as Bibliotecas Municipais. Assim, a Cultura passa a designar um conjunto de equipamentos, independentemente de serem culturais e educativos ao serviço da comunidade, ficando concentrados num único tema.

O Sr. Vereador Luís Miguel Calha fica com duas áreas novas: Juventude e Desporto.

Sra. Vereadora Fernanda Pésinho

Para além da Gestão Urbanística passa a ficar com o Planeamento Urbanístico que estava com o Sr. Presidente. Entende-se o Planeamento ao nível dos planos e da gestão fundiária e de

algumas matérias que ainda interligam com os loteamentos e, por isso, faz todo o sentido ficar tudo na Administração Urbanística. O pelouro passa então a chamar-se: Gestão e Planeamento Urbanístico.

Anteriormente tinha a Mobilidade e Acessibilidades e passa a ficar com Mobilidade e Transportes Públicos para se diferenciar. A questão dos Transportes Públicos vai passar a ter outra importância dadas as competências que hoje estão acometidas às autarquias. Faz todo o sentido chamar essa matéria para um outro nível de expressão pública.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos.

- **“Um livro para um novo leitor”** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que “Um livro para um novo leitor” é uma iniciativa que visa assinalar o Dia Internacional do Livro Infantil/Dia Mundial do Livro e tem como objetivo incentivar a adesão de novos leitores para a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, através da oferta de livros.

Assim, entre 19 e 30 de abril, a Autarquia vai oferecer um livro aos primeiros dois utentes que se inscrevam como leitores da Rede, em cada um dos quatro escalões etários:

- Até aos 6 anos;
- Dos 7 aos 12 anos;
- Dos 13 aos 17 anos;
- Mais de 17 anos.

Esta iniciativa conta com o apoio de uma editora.

- **Dia dos Moinhos Abertos e Dia Internacional dos Monumentos e Sítios** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que no dia de amanhã se assinala o Dia dos Moinhos Abertos de Portugal. Para sublinhar a data, a Câmara Municipal, em parceria com o Centro Moinhos Vivos, está a organizar a atividade «Moinho aberto e uma burricada por perto», a decorrer no dia 10 de abril. O evento proporciona aos participantes a visita ao interior de um dos moinhos da Serra do Louro e a experiência de uma burricada em pleno Parque Natural da Arrábida.

No dia 17 de abril, comemora-se o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios que, no corrente ano, destaca o Desporto enquanto Património Cultural. A Câmara Municipal convida a uma caminhada em direção ao Castelo de Palmela. Na Praça de Armas, os visitantes terão à sua disposição um conjunto alargado de jogos tradicionais.

Aproveita para recordar que, no mês em curso, são retomadas as visitas guiadas ao Castelo e ao Centro Histórico de Palmela, promovidas com a colaboração do voluntário do Museu Municipal, Dr. António Lameira, que acompanha essas visitas já há vários anos. Essas visitas,

que vão decorrer até ao mês de dezembro, têm participação gratuita e realizam-se habitualmente aos sábados.

- **Campanha “Dar de Volta”** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá conta que a Câmara Municipal e a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) vão promover mais uma edição do Projeto “Dar de Volta”. Trata-se de uma iniciativa que aposta na reutilização de livros escolares do ensino básico e secundário, disponibilizando-os, posteriormente, gratuitamente.

Menciona que os manuais podem ser entregues em qualquer uma das bibliotecas da rede municipal e, durante o verão, vão ser recolhidos por quem deles necessitar. Centenas de milhares de livros têm sido recebidos e entregues na região ao longo dos anos, com ganhos sociais, ambientais e económicos para as famílias.

Termina dizendo que no início do terceiro período, o Município apela a estudantes, docentes e famílias que procedam, no final do ano letivo, à entrega dos manuais que já não forem necessários. Aqueles que não estiverem em condições de conservação que permitam a sua reutilização, ou se encontrem de alguma forma desatualizados, serão canalizados para a campanha “Papel por Alimentos” do Banco Alimentar Contra a Fome.

- **Dia Mundial da Saúde** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que no âmbito do projeto “Saúde Palmela”, e desde 2010, o Município vem desenvolvendo ações de informação sobre temáticas relacionadas com a saúde, entre as quais, as comemorações do Dia Mundial da Saúde.

Acrescenta que ao abrigo do protocolo de colaboração, assinado entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida/Unidade de Saúde Familiar Santiago - Palmela (ACES Arrábida/USF Santiago – Palmela), realizar-se-á amanhã, dia 7 de abril, a partir das 14:00 horas, um colóquio subordinado à temática da Diabetes, tema escolhido pela Organização Mundial de Saúde para o corrente ano. Essa sessão decorrerá entre as 14:00 horas e as 15:30 horas, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, sendo a iniciativa aberta à população e aos trabalhadores do Município.

- **Programa “Aprender a nadar” / Eventos desportivos** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa a referenciar as diversas iniciativas:

Programa “Aprender a Nadar”

O terceiro e último curso, do corrente ano letivo, do Programa “Aprender a Nadar”, iniciou-se a 4 de abril, nas piscinas municipais de Palmela e de Pinhal Novo. No total, até 9 de junho, vão frequentar as duas piscinas, no âmbito do Programa, 154 alunos, conforme se explicita:

. 3 turmas da Escola Básica António Matos Fortuna - 63 alunos - na piscina municipal de Palmela;

. 4 turmas da Escola Básica Alberto Valente - 91 alunos - na piscina municipal de Pinhal Novo.

Assumindo um papel fundamental na igualdade de oportunidades na aprendizagem da Natação dos alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico, o "Aprender a Nadar"   desenvolvido em estreita articula o com a Palmela Desporto, Empresa Local de Promo o do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda. e os Agrupamentos de Escolas do Concelho, e contou, no presente ano letivo, com a participa o de 669 alunos, pertencentes a 30 turmas, de 11 escolas dos 3 Agrupamentos de Escolas do concelho de Palmela.

Ainda, no presente ano letivo, a 19 de dezembro de 2015, realizou-se o Festival de Encerramento do Primeiro Curso, com a participa o de cerca de uma centena de crianças.

A atleta Simone Fragoso   madrinha do "Aprender a Nadar".

Ginástica

Integrada no Programa de Desenvolvimento da Ginástica e em organiza o conjunta entre o Município de Palmela e o Clube Portais da Arrábida realiza-se, no dia 9 de abril, no Clube Portais da Arrábida, a Maratona de Fitness para a qual se espera a participa o de cerca de 100 pessoas de vários clubes/associa es do concelho de Palmela e dos concelhos vizinhos.

Judo

Integradas no Programa de Desenvolvimento do Judo e em organiza o conjunta entre o Município de Palmela e a Federa o Portuguesa de Judo, realizam-se, no dia 16 de abril, no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo, o Campeonato Nacional de Veteranos e o I Torneio de Judo Adaptado.

Relativamente ao Campeonato Nacional de Veteranos prevê-se a participa o de cerca de 100 judocas, oriundos de clubes de todo o país. No entanto, esse número pode vir a aumentar em virtude das inscri es ainda estarem a decorrer.

Destaca-se a relevância do I Torneio de Judo Adaptado, dado que   a primeira vez que se realiza tal atividade no distrito de Setúbal.   uma prova/encontro para pessoas portadoras de deficiência, sendo esperados judocas de Almada, Barreiro, Montijo e, possivelmente, de Castelo Branco.

Questões apresentadas pelos/as Srs./as Vereadores/as

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes.

- **Troços danificados na região de Brejos do Assa** – O **Sr. Vereador António Braz** faz referência a que nos Brejos do Assa, nos locais recentemente asfaltados, existem dois ou três

troços que estão danificados. Essa situação pode ser potenciadora de acidentes quando se circula à noite.

• **Felicitações à Sra. Vereadora Natividade Coelho nas suas novas funções / Felicitações ao Sr. Vereador António Braz nas funções neste órgão autárquico – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, presumindo a razão pela qual a Sr. Vereadora Natividade Coelho suspendeu as suas funções por três meses, não quer deixar de desejar, enquanto eleito e colega, as maiores felicidades nas novas funções que já desempenha há cerca de uma semana. Espera que a Sra. Vereadora Natividade Coelho consiga resolver os problemas que, ao longo do mandato, foi assinalando. Está certo que, pelo menos, se vai empenhar nisso.

Em consequência, o Sr. Vereador António Braz passa estar mais em permanência, e, por isso, também lhe deseja felicidades.

• **Mau estado do telhado da sede do Grupo Desportivo de Rio Frio – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alude a uma questão que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha já falou ao Jornal do Pinhal Novo e que se prende com o mau estado do telhado da sede do Grupo Desportivo de Rio Frio. Um aspeto preocupante é a ausência de órgãos sociais da associação. É um problema. Ainda, recentemente, se tomou conhecimento que a mesma dificuldade está a verificar-se na Associação das Festas de Palmela. Solicita a atualização da informação em relação à recuperação do telhado da sede do Grupo Desportivo de Rio Frio.

• **Abrigo de passageiros na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** relata que lhe tem chegado a informação sobre a necessidade de ser estudada uma localização para o abrigo de passageiros da Rua António Sérgio, no Pinhal Novo. Trata-se de um passeio estreito e baixo junto ao muro do Império Atlântida. Quando chove as pessoas têm dificuldade em abrigar-se. Por essa razão o abrigo, por norma, não é utilizado já que as pessoas vão apanhar o autocarro em local que não é o apropriado. Sugere que a localização do abrigo possa ser avaliada pelos técnicos.

• **Propaganda eleitoral – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** pronuncia-se sobre a propaganda política. Trata-se de um assunto sempre delicado, porque envolve sempre uma avaliação complexa da liberdade que os partidos políticos têm em fixar a sua propaganda política e de a utilizarem.

A verdade é que os partidos políticos afixam a propaganda e depois esquecem-se que é necessário retirá-la. Mais recentemente, por ocasião do 95.º aniversário do Partido Comunista Português (PCP) foram afixadas várias bandeiras do PCP na Praça da Independência, em Pinhal

Novo. Acontece que o aniversário já passou e as bandeiras continuam lá. É importante que a Autarquia defina um prazo para obviar essas situações.

- **Propaganda política** – Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** aproveita para levar mais além a intervenção em relação a alguma propaganda política. Assim:

Não põe em causa o exercício das atividades de propaganda política e a liberdade de o fazer, uma vez que está assegurado por lei. Contudo, existem algumas restrições e requisitos, nomeadamente, a de não provocar a obstrução de perspetivas panorâmicas, ou afetar a estética, ou o ambiente/paisagem dos lugares. No seu entender e na sua sensibilidade pessoal, não é correto o uso de bandeiras numa praça que possui candeeiros de desenho industrial próprio, não padronizado, para a iluminação pública. Como o Partido Socialista (PS) há muito tempo que não coloca nem pendões, nem bandeiras está perfeitamente à vontade para falar sobre esse assunto. Essa opção vai do critério de cada organização e daquilo que considera que é poluição, ou não, para os/as seus/suas municípios. Não critica o uso que outros partidos políticos façam desse tipo de propaganda, mas aponta. Como cúmulo pareciam-lhe umas 20 ou 30 bandeirolas; 3 ou 4 em cada poste. Desconhece quantos anos o Partido Comunista Português (PCP) fez, pois não faz parte das suas necessidades de informação, mas deseja um feliz aniversário. Não obstante, como nas suas festas de aniversário não incomoda os vizinhos, gostaria que o espaço público também não fosse incomodado.

Em relação às Presidenciais, e já que é uma competência da Câmara Municipal ordenar e promover a remoção dos meios e mensagens de propaganda política, bem como determinar os prazos, presume que os prazos já estejam determinados; todavia, o Vale do Alecrim, a Avenida dos Bombeiros, junto à antiga Pluricoop – Cooperativa de Consumo, CRL, e em frente à passagem de nível do Pinhal Novo que liga o lado norte ao lado sul na zona da antiga Pluricoop, ficou esquecida.

Termina fazendo menção a que toda essa propaganda já devia estar recolhida.

- **Projeto “Dar de volta”** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona sobre o nível de abrangência do Projeto “Dar de volta”. Concretamente pretende saber, em números redondos, em relação às necessidades qual é a abrangência que esse projeto já assegura. Considera importante aferir essa abrangência, porque esta determina a análise do seu sucesso e o incentivo da Autarquia ao mesmo.

- **Campanha “Papel por alimentos”** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** gostaria que este assunto fosse comentado.

Projeto “Dar de Volta” – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** questiona sobre se a campanha que existe dos livros e do papel que deriva dos livros e dos estabelecimentos de ensino ao Banco Alimentar é extensiva a todos os estabelecimentos de ensino e a todos os consumos de papel resultantes da atividade municipal que, segundo pensa, são direcionados para a AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.. Em suma, pretende saber se a campanha se resume apenas aos manuais escolares e se a comunidade escolar está informada de forma a participar com o todo o potencial para uma ação desta natureza.

- **Lago sito na Praça da Independência, em Pinhal Novo** – A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** solicita esclarecimentos sobre o lago retangular em frente à Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, na Praça da Independência, nomeadamente sobre se está prevista a sua limpeza ou se há alguma previsão da alteração daquele espaço para deixar de ser um lago e passar a ser algo de diferente, porque este se encontra muito sujo.

O lago está em mau estado e com a chegada do calor é natural que a situação piore. Vai com certeza começar a sentir-se o mau cheiro, o que não é muito agradável. Portanto, na sua opinião, ou se aposta na sua limpeza, ou então na requalificação daquele espaço. Considera importante que haja o tratamento e a limpeza adequada do lago, até porque quando está limpo é um espaço aprazível.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

- **Troços danificados na região de Brejos do Assa** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** refere que as/os munícipes informaram a Autarquia sobre os abatimentos nos troços intervencionados pela empresa ao serviço das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), em Brejos do Assa. Os técnicos da Autarquia deslocaram-se ao local e foi colocada a respetiva sinalização. Para além disso, a obra está a ser devidamente acompanhada e fiscalizada.

- **Felicitações à Sra. Vereadora Natividade Coelho nas suas novas funções /Felicitações ao Sr. Vereador António Braz nas funções neste órgão autárquico** (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** corrobora as palavras do Sr. Vereador Paulo Ribeiro sobre este assunto.

– **Mau estado do telhado da sede do Grupo Desportivo de Rio Frio** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que o Grupo Desportivo de Rio Frio é uma associação que tem tido, ao longo dos anos, uma atividade cultural e desportiva com um mérito que a Autarquia reconhece.

Há algum tempo que se constatou a ausência de corpos dirigentes e, nessas circunstâncias, teve a oportunidade de reunir, juntamente com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, com vários associados e antigos dirigentes dessa coletividade há, sensivelmente, quatro meses. O objetivo foi o de sensibilizar para a necessidade de elegerem os seus representantes, tendo em conta que a coletividade tem um histórico e um trabalho desenvolvido que é reconhecido. A Câmara Municipal deu a sua inteira disponibilidade e compromisso em ajudar a coletividade do ponto de vista técnico, por forma a que possam encontrar a solução para ultrapassar a ausência de corpos dirigentes. Entretanto, sucedeu um infeliz acontecimento: a queda do telhado da coletividade e, no mesmo dia, foram dadas indicações aos serviços para se deslocarem ao local, de modo a conhecerem a situação *in loco*. Já foi manifestada a inteira disponibilidade da Câmara Municipal para avaliar a situação e, também, para encontrar mecanismos que permitam auxiliar, na medida das possibilidades. Com esse objetivo, encontra-se agendada, para breve, uma reunião que vai contar com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela.

Considera que é muito natural que haja essa preocupação da Câmara Municipal e que as pessoas procurem os agentes locais, os eleitos locais, pois são aqueles que estão mais próximos das populações para ajudarem a ultrapassar os problemas. Sabe-se que o movimento associativo conhece grandes dificuldades para viver e mesmo para sobreviver. Ao longo dos anos têm sido as autarquias locais que têm apoiado e, muitas vezes, se têm substituído à administração central no que devem ser as suas competências para promover o desenvolvimento cultural e desportivo das regiões e dos concelhos. Por último, manifesta a disponibilidade do Município para ajudar a ultrapassar o problema.

A propósito deste tema, o **Sr. Presidente** aduz que, na próxima sexta-feira à noite, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Pinhal Novo vão ter uma reunião de trabalho com um grupo de moradores, em Rio Frio, para definir um plano que possa vir a ajudar a coletividade a reerguer-se e, sobretudo, a estancar a degradação do edifício, caso o espaço permaneça naquelas condições, até porque há vãos abertos que dão para o palco e que, por sua vez, dão para outras instalações. Espera que empresas e a cidadania também se mobilizem para ajudar a reerguer aquele espaço. Trata-se de uma localidade que tem muito poucos residentes e são, sobretudo, idosos. É preciso o apoio social de todo o concelho, porque a sala desta coletividade tem história e prestígio. Ali, realizaram-se grandes eventos culturais, famosos carnavais, revistas e espetáculos. Considera que vale a pena uma mobilização do concelho para ajudar Rio Frio.

- **Abrigo de passageiros na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** destaca que não se encontra nenhum abrigo de passageiros na Rua António Sérgio, em Pinhal Novo. Contudo, considerando o sentido de trânsito as opções não são muitas, sobretudo, porque o espaço 'aparentemente' livre é aquele que já está junto ao entroncamento com a Rua Infante D. Henrique. Esse espaço pertence a um loteamento com graves complicações e a Autarquia não se atreve, por ora, a ocupá-lo até clarificar outras questões de posse administrativa e da necessidade de redesenhar o loteamento. Trata-se de uma zona de prédios e não pode ter um abrigo. O Município está disponível para ver analisar este assunto, tanto mais que essa preocupação já tem sido transmitida pelos/as Srs./as munícipes.

- **Propaganda eleitoral** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) / **Propaganda política** (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** regista a preocupação dos Srs. Vereadores da Oposição. Menciona que a propaganda política tem um enquadramento legal próprio, com profusa documentação e pareceres por parte da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Afirma que o Sr. Vereador Pedro Taleço leu, mas só leu a parte que lhe interessava, porque até relativamente à questão da sensibilidade da paisagem a legislação referencia que é para "*áreas protegidas e centros históricos*". Alude a que não deixa de ser curioso a questão que o Sr. Vereador Pedro Taleço apresenta, através do Gabinete do Partido Socialista (PS) – e abstém-se de adjetivar – caso o PS quisesse colocar propaganda se era preciso licenciar e se estava sujeito a algum pagamento. Era escusada essa «telenovela/filme», tanto mais que o Sr. Vereador Pedro Taleço que se tem como uma pessoa conhecedora e bem documentada, sabe muito bem que esse tipo de afixação não está sujeita a qualquer licenciamento, pagamento de taxas e que "até" a questão da sua remoção é muito controversa. Relembra o que sucedeu no Município do Montijo onde o PS detém a maioria na Câmara Municipal e retiraram as bandeiras. Passados uns dias foram obrigados a repô-las. Ao que parece a atividade dos outros incomoda. Remete o Sr. Vereador Pedro Taleço para que quaisquer dúvidas devem ser remetidas à CNE e aconselha a que leia tudo e em pormenor, porque a documentação é vastíssima.

Refere que existem partidos políticos que fazem um esforço para retirarem a sua propaganda. O Município de Palmela, consoante a disponibilidade das suas brigadas, efetua a limpeza da propaganda de todos os partidos políticos, sem exceção, entre outras. Existe muita propaganda afixada no espaço público ilegalmente. O Município tem muitas prioridades e muitas preocupações com esta matéria.

Quanto à especificação do número de bandeiras e o significado simbólico deixa para o Sr. Vereador Adilo Costa comentar. Garante que, se uma manifestação daquela natureza tivesse

sido feita no Centro Histórico da Vila de Palmela, na sua qualidade de Presidente de Câmara, teria chamado a atenção pedindo bom senso a qualquer partido político para não o fazer. Mas, não compreende esse tipo de preocupação naquele espaço urbano, público. Reconhece que há quem goste e há quem não goste e a «azia» está comprovada pela missiva que o Sr. Vereador Pedro Taleço lhe remeteu. Para responder ao Sr. Vereador Pedro Taleço vai, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, solicitar à Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral para fazer uma Informação Técnica sobre o enquadramento legal desta matéria.

Sobre o tema em apreço intervém o **Sr. Vereador Adilo Costa** para mencionar que foram afixadas bandeiras em mais de uma centena de localidades do país. O objetivo foi recordar não só os 95 anos do Partido Comunista Português (PCP) – um partido político com cabelos brancos, mas com muita força, fulgor e juventude –, mas, também, como simbolismo do que foi começado no Barreiro, numa luta que se desenvolveu, entre 24 de fevereiro e 2 de março de 1935 e que levou a que 35 cidadãos barreirenses fossem parar às prisões de Peniche, Aljube, Caxias e, alguns deles, até ao Campo de Concentração do Tarrafal. Naquela altura, levar uma bandeira do PCP para cima das Oficinas Gerais da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, SARL (CP) era algo que era impensável. A Administração da CUF – Companhia União Fabril e da CP, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e o Governo não sabiam o que é que haviam de fazer, porque não esperavam que isso acontecesse. Nessa altura, era necessária uma grande coragem.

Mais refere que estava à espera de uma grande compreensão daqueles que não são comunistas, porque é evidente que as bandeiras não hão de ficar *ad aeternum* no Pinhal Novo e nas outras localidades em que foram afixadas. O momento devia ser utilizado para reflexão, nem que não seja como forma de respeito que é devido aos comunistas do país. Lamenta que essa manifestação custe tanto ao Sr. Vereador Pedro Taleço – pensava que fosse um homem «mais jovem».

Volta a usar da palavra o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** para acrescentar que, apesar de na questão das bandeiras o Sr. Presidente se ter referido mais às questões suscitadas pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, não quer deixar de registar que:

- Não está em causa o direito à livre propaganda política, aliás teve o cuidado de o frisar;
- Não tem qualquer dúvida que todos os partidos políticos têm direito à livre propaganda política e que não necessitam de autorização ou de licenciamento de qualquer autarquia para afixar;
- Independentemente de as pessoas concordarem, ou não, devem respeitar esse direito - pessoalmente sabe bem a importância de respeitar o direito que os partidos políticos têm de divulgar a sua mensagem, pois relembra que, durante muito tempo, o seu partido político afixava panfletos para, no dia seguinte, serem destruídos;

- Percebe também o assinalar de uma data tão importante da vida do Partido Comunista Português (PCP) – afinal trata-se do seu aniversário.

A questão prende-se com uma chamada de atenção para depois não deixar que a propaganda se eternize nos locais, até porque as intempéries acabam por deteriorar e estragar os materiais.

Quanto às propagandas não partidárias que são afixadas teria outro tipo de intervenção. Considera que o mais importante é estar em cima do acontecimento, até porque isso causa grandes distorções. Existem entidades comerciais que licenciam a sua publicidade junto da Autarquia, enquanto outras não o fazem e que pela “calada da noite” afixam e acabam por beneficiar da visibilidade, enquanto outros/as pagam as suas taxas municipais para afixar propaganda/publicidade. É uma injustiça se, de facto, o Município deixar eternizar essas situações.

O **Sr. Presidente** menciona que se trata duma questão que está perfeitamente sintonizada. Quando acontecem situações dessa natureza, a fiscalização municipal entra em ação. Existem vários processos de coimas aplicados e alguns encontram-se em negociação de pagamento. Pode com confiança afirmar que o Município atua e que não deixa passar nada em branco. No que toca à publicidade em estradas nacionais, a Infraestruturas de Portugal, S.A., afirma que o Município não pode licenciar e não vale a pena pedir parecer. Nessa situação, infelizmente, a Câmara Municipal não consegue controlar. Considera que essa é outra clarificação que tem que ser feita em sede legislativa – saber a quem é que compete licenciar e a quem compete dar parecer. Há outras questões relacionadas com a afixação nos postes de eletricidade, pois existem normas, umas legais, outras ilegais. O assunto é muito mais controverso do que aparentemente parece.

– **Projeto “Dar de Volta”** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Talego) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** começa por referir que se trata de um projeto cuja importância social e ambiental é reconhecida pela Autarquia – tem conhecimento que o Sr. Vereador Pedro Talego também o reconhece. É um projeto que é desenvolvido em parceria com a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e está implantado no concelho nas freguesias. Os/as munícipes têm a oportunidade de ceder os livros escolares nas bibliotecas municipais e nos seus respetivos polos. No ano transato foram entregues 11.000 livros, tendo sido disponibilizados, em função da procura que houve, 1.000 livros às famílias. Os restantes livros foram canalizados para a Campanha “Papel por alimentos”, do Banco Alimentar Contra a Fome.

- **Campanha “Papel por alimentos”** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Talego) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** explica que este é outro projeto desenvolvido com as bibliotecas escolares e que envolve Instituições Privadas de Solidariedade Social do concelho,

nomeadamente, o Centro Social de Quinta do Anjo, o Rotary Club de Palmela e a Fundação COI (Centro de Ocupação Infantil). O papel é recolhido nos estabelecimentos escolares e a receita da sua venda reverte para essas instituições.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** saúda os presentes.

– **Lago sito na Praça da Independência, em Pinhal Novo** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues) – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que a situação descrita do lago da Praça da Independência, em Pinhal Novo, se deve ao facto de a bomba de circulação da água se ter avariado e de o Município não possuir pessoal suficiente para proceder à limpeza amiudadamente. A situação vai estar em breve ultrapassada, pois encontra-se a decorrer o procedimento para a compra de uma nova bomba.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sr.ª Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 16.03.2016 e 05.04.2016.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 14.03.2016 e 01.04.2016.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 16.03.2016 a 05.04.2016, no valor de 2.272.549,16 € (dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove euros e dezasseis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 05.04.2016, apresenta um saldo de 5.652.057,64 € (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.734.652,92 € (quatro milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e noventa e dois cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 917.404,72 € (novecentos e dezassete mil, quatrocentos e quatro euros e setenta e dois cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a **Ordem do Dia** desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_09-16:

«No âmbito do Programa Mecenaz de Palmela, e considerando que o mesmo valoriza positivamente, enquanto contributo para o desenvolvimento do território, o envolvimento dos agentes económicos na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º e no nº 3 do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal ratifique o ato de aceitação das presentes doações que totalizam a quantia de 5.113,00 (cinco mil, cento e treze

euros), considerando as circunstâncias excepcionais de urgência e a impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil.

Entidade	Doação/Donativo	Atividade
VISTEON PORTUGUESA LTD EN252- KM 12 Parque Industrial das Carrascas 2951-503 PALMELA NIF: 980037042	20 árvores Valor da doação: € 1.113,00 (mil, cento e treze euros)	Dia da Árvore
Hempel (Portugal) LDA Vale de Cantadores 2954-002 PALMELA NIF: 500133336	€ 4.000,00 (quatro mil euros)	Academia da Proteção Civil – Viatura Itinerante da Proteção Civil.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 02_09-16:

«No âmbito da atividade que vem sendo realizada, a coberto do Programa Mecenaz de Palmela e considerando que a mesma valoriza positivamente, enquanto contributo para o desenvolvimento do território, o envolvimento dos agentes económicos na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade;

Atendendo à manifestação de interesse protagonizado por várias empresas em se associarem ao Programa em apreço e de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal aceite as doações que de seguida se discriminam:

Entidade	Valor da doação	Atividade
CENTRO DE RECICLAGEM DE PALMELA, S.A. Rua José Mestre, 177 2950-051 PALMELA NIF: 504222090	300 T-shirts e 300 Bonés Valor da doação: € 1.500,00 (mil e quinhentos euros)	Duas (De) Mãos Por Palmela
	14 Árvores Valor da doação: € 938,02 (novecentos e trinta e oito euros e dois cêntimos)	Semana da Floresta Autóctone
VISTEON PORTUGUESA LTD EN252- KM 12	213 Utensílios para pintura Valor da doação: € 451,36 (quatrocentos e cinquenta e um	Duas (De) Mãos por Palmela

Parque Industrial das Carrascas 2951-503 PALMELA NIF: 980037042	euros e trinta e seis cêntimos)	
EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A. R. Camilo Castelo Branco, nº 43 1050-044 LISBOA NIF: 504394029	Valor da doação: € 3.000,00 (três mil euros)	Academia da Proteção Civil – Viatura Itinerante da Proteção Civil
REGISET – Comunicação e Artes Gráficas da Região de Setúbal, Lda. Estrada da Baixa de Palmela – Quinta Gonçalo José CCI 4620 2900-392 SETÚBAL NIF: 501 955 313	6.000 exemplares Valor da doação: € 2.000,00 (dois mil euros)	Edição do Boletim do +Museu
INTERMARCHÉ – SUPERPALMELA - Supermercados LDA Cabeça do Velhinho Vale de Benções Volta da Pedra 2950-439 PALMELA NIF: 507545362	€ 1.400,00 (mil e quatrocentos euros)	Centro de Acolhimento Animal
	€ 600,00 (seiscentos euros)	I Meeting de Orientação de Palmela

Mais se informa que a totalidade das referidas doações que **se propõe** que a Câmara Municipal aceite, perfazem o valor total de 9.889,38 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove euros e trinta e oito cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo – Aprovação de minuta de Protocolo.

PROPOSTA N.º SMPC 01_09-16:

«O Município de Palmela foi pioneiro no desenvolvimento de parcerias e apoios às Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, através da criação de instrumentos que permitiram, nos últimos anos, dotar os seus corpos de bombeiros de meios adequados e de prontidão na prestação do socorro à população.

Dando continuidade a esta política, é desiderato desta autarquia continuar a apoiar as suas Associações Humanitárias, desta feita, através da celebração de um protocolo que permita

dotar os seus quartéis de bombeiros de melhores condições, possibilitando uma rápida e eficaz resposta a todas as situações de emergência.

Assim e considerando que:

- as Associações Humanitárias de Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo manifestaram a intenção de proceder à requalificação dos seus quartéis;
- as Associações Humanitárias acima referidas apresentaram as respetivas candidaturas no âmbito do POSEUR – Portugal 2020, em setembro de 2015;
- as candidaturas apresentadas pelas Associações Humanitárias dos Bombeiros de Palmela e de Pinhal Novo não mereceram provimento por parte da entidade gestora do POSEUR;
- ainda assim, estas manifestaram a intenção de prosseguir as devidas intervenções de requalificação, dos respetivos quartéis, na sua componente operacional;
- o investimento estimado é bastante significativo, de acordo com as candidaturas apresentadas: 450.000,00 € para a requalificação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo e 310.000,00 € para a requalificação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela;
- até à presente data, as Associações Humanitárias não têm garantido qualquer financiamento externo para fazer face às intervenções de requalificação pretendidas.

Assim e objetivando a disponibilidade de princípio já manifestada aquando da elaboração das candidaturas acima referidas, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. Nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração, o qual define as condições gerais de financiamento municipal das obras de requalificação dos Quartéis dos Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo, documento que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta;
2. Que a materialização do estipulado no Protocolo agora aprovado e as condições definidas no mesmo sejam objeto de Contrato Programa a outorgar pelas partes, logo que estejam reunidas todas as condições técnicas e financeiras para o desenvolvimento das empreitadas a promover.

Anexos:

- Minuta do Protocolo de Colaboração.»

Antes de a proposta ser colocada à discussão, o **Sr. Presidente** sublinha que o Protocolo de Colaboração - quanto ao "Objeto" (Cláusula Primeira) está devidamente explanado nos

considerandos da proposta. A Cláusula Segunda, "Obrigações da Câmara Municipal", é que importa clarificar, porque isso vai obrigar o Município a alterações em sede de revisão. Lê-se:

- 1. A Câmara Municipal obriga-se a conceder uma comparticipação financeira à Associação Humanitária de Bombeiros de (...) no montante máximo de 50% do valor total da empreitada, não podendo esta ultrapassar o montante do valor da candidatura apresentada.*
- 2. A percentagem da comparticipação municipal referida no ponto [anterior] será ajustada em função de eventual cofinanciamento de terceiros e/ou da aprovação de candidatura a fundos comunitários.*

Destaca que, para já, houve insucesso na primeira fase de candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR). No mês passado, esteve reunido com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna e convidou-o a deslocar-se ao concelho – essa deslocação ocorrerá na próxima semana e serão visitadas essas duas Associações de Bombeiros e um terreno que a Autarquia está disponível para conceder em direito de superfície (será atempadamente colocado à consideração da Câmara e à Assembleia Municipal) para as futuras instalações do Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (CDOS). Pretende-se que o CDOS não saia do concelho e que fique estrategicamente bem posicionado na localidade de Aires.

Acrescenta que um dos objetivos da reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna é o de contestar precisamente os critérios do PO SEUR, porque disponibiliza apenas 3 milhões de euros para umas largas dezenas de candidaturas; por isso é que as corporações do concelho ficaram afastadas desse primeiro programa. Já é público que vai abrir no mês de abril um novo PO SEUR para esta matéria, com critérios profundamente alterados e com uma verba muito mais generosa.

O que se pretende transmitir às Associações de Bombeiros do concelho é que se obtiverem os 85% de financiamento do PO SEUR, o Município compromete-se a pagar os restantes 15%, nos termos das candidaturas apresentadas. Todavia, se porventura não obtiverem esse financiamento, o Município está disponível e garante os 50%. Naturalmente, as Associações de Bombeiros têm fundos próprios e têm, também, apoios mecenáticos e podem, ainda, ter financiamento até por parte de outras instituições que queiram fazer parte desses protocolos de funcionamento.

Menciona que é imprescindível a celebração do Protocolo de Colaboração para se poder avançar nos procedimentos, desde logo porque existem obrigações, nomeadamente, a de um Contrato-programa para a obra. São obras que têm de ter projetos devidamente aprovados e obedecer aos critérios da contratação pública; não pode ser de outra forma. Realça que a Câmara Municipal só pode disponibilizar as parcelas financeiras à medida que os autos de medição forem sendo apresentados.

Mais refere que o Município de Palmela está a estabelecer um prazo que pode ir até três anos, porque pode haver dinâmicas diferentes. O que se pretende é que as Associações de Bombeiros comecem a obra quanto antes. O Município vai proceder, em sede de revisão ao Orçamento, ao reforço para esse investimento. O Município prepara-se para qualquer cenário que seja. Quanto às candidaturas, espera que as mesmas sejam vencedoras, porque se em vez de 50% o Município financiar apenas 15%, poderá redirecionar esse apoio para outras prioridades que são necessárias no território, assim como para outras Associações de Bombeiros.

Acrescenta o **Sr. Presidente** que as Associações de Bombeiros têm estado a trabalhar com a Câmara Municipal, definindo as prioridades, com pareceres do próprio Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (CDOS). Desde que haja financiamento, este é um investimento que não pode “fugir” do território. A Câmara Municipal está disponível para “sacrificar” uma ou outra medida, mas esse investimento é uma valorização em termos de equipamentos, de instalações e de material, e deve ficar afeto aos corpos de bombeiros do concelho.

Ressalva que não se encontra citada a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, em virtude do enorme investimento e esforço que o Município fez para o seu atual quartel. Assim sendo, está na altura de redirecionar o investimento para os outros dois quartéis de Bombeiros existentes no concelho. Espera que as candidaturas corram bem, porque tem conhecimento que a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura também precisa de outros apoios. Como exemplo, refere o azar ocorrido com uma das suas viaturas no início deste ano.

Conclui, dizendo que no decorrer do ano o Município vai afinar os seus documentos previsionais e as suas propostas para tentar ir ao encontro das expectativas das Associações de Bombeiros do concelho nessa matéria.

Sobre a proposta de Requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Palmela e Pinhal Novo – Aprovação de minuta de Protocolo numerada SMPC 01_09-16 intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que, na sequência da clarificação e explicação ficou muito mais claro a razão de ser do Protocolo de Colaboração. Os/a Eleitos/a do Partido Socialista (PS), mesmo sem a explicação que o Sr. Presidente fez, teriam enaltecido a positividade desta proposta. Não havendo concretização das candidaturas, a Câmara Municipal dispõe-se a comparticipar as obras em 50%.

Antes da explicação que foi feita, os/a Vereadores/a do PS tencionavam apresentar uma sugestão que tem a ver com a possibilidade de se realizar um faseamento maior, na medida em que as Associações se tivessem que angariar verbas, sem ser com o recurso à candidatura, não teriam a capacidade imediata de chegar a metade do valor da obra.

Quanto à formalização das primeiras candidaturas, há a registar que não era provável que estas fossem aprovadas, porque o eixo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) tem a ver com zonas de alto risco e de promoção do investimento para abordar riscos específicos, de forma a assegurar capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes. As candidaturas eram muito otimistas, mas nem correspondiam na área. A área, por exemplo, do Pinhal Novo é de médio risco, e as áreas de intervenção têm apenas a ver com a freguesia e com uma parte do Poceirão. Existem boas notícias com uma revisão que é necessária e de preferência com mais fundos realizar a requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias de Bombeiros do Pinhal Novo e de Palmela. O quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura tem uma realidade muito mais recente e mais modernizada.

Termina dizendo que os/a Vereadores/a do PS estão absolutamente a favor desta proposta. Consideram que é adiantado trabalho e, ao mesmo tempo, apresenta uma certa flexibilidade. Caso não saia nenhuma candidatura fica a nota, subentendida no próprio Protocolo de Colaboração, que rever-se-á a questão do faseamento dos 50% de forma que a obra possa acontecer ao longo de uma duração mais longa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 21.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó, e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º DCCT 01_09-16:

«A 21.ª edição da Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó terá lugar nos dias 6, 7 e 8 de maio, na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

Este certame é o maior evento sociocultural que se realiza em Fernando Pó, assumindo-se como um espaço de promoção e de divulgação dos vinhos da região e de valorização da identidade local, contribuindo para a atratividade turística e para a dinamização económica do concelho.

A comissão organizadora, em parceria com a Câmara Municipal e com a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, continuará a inovar na programação do evento, integrando a oferta de novas atividades enoturísticas em Fernando Pó e nas adegas locais que se constituirão como espaços de animação e divulgação de vinhos.

Tendo em conta os custos associados à sua organização, a Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó solicitou o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Assim, de forma a corresponder à solicitação da organização deste evento, para além do apoio técnico, logístico e de divulgação que a Autarquia também assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de € 3.200,00 (três mil e duzentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.»

Sobre a proposta de Apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para realização da 21.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão em Fernando Pó, e Feira de Vinhos do Concelho de Palmela numerada DCCT 01_09-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** destaca que os/a Eleitos/a do Partido Socialista (PS), como não pode deixar de ser, votam favoravelmente a presente proposta.

Alude ao valor atribuído à Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida (ARCOLSA) no Festival Queijo, Pão e Vinho.

Mais refere que, na sequência duma afirmação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de que o Município pretende criar a Aldeia Vinhateira na Aldeia de Fernando Pó, questiona sobre se não seria uma oportunidade de aproveitar o ano zero para a divulgação da criação da Aldeia Vinhateira, tanto mais que, considerando os valores apresentados, certamente que não será a Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó que vai ter possibilidades financeiras para o fazer.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que existem pontos de contacto entre aquilo que é o apoio da Câmara Municipal à Mostra de Vinhos de Fernando Pó e um outro projeto. Trata-se de um projeto ambicioso e com uma visão estratégica para essa localidade e que se integra também no âmbito de um projeto que a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar no seio do Conselho Diretivo da Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) e que dá pelo nome de Rede Nacional de Aldeias Vinhateiras. É um processo que está em evolução. O Município de Palmela pretende integrar esse projeto, cujo nome ainda não está fechado, mas foi apresentado recentemente à população e aos agentes culturais e económicos de Fernando Pó e foi designado de "Centro Rural Vinum".

Afirma que é preciso fazer a separação: por um lado, o apoio financeiro, técnico, logístico e de divulgação à Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão e, por outro lado, esse projeto que sendo um projeto âncora tem valências muito diversificadas, nomeadamente:

- a requalificação urbana;

- a remodelação das instalações da sede da Associação Recreativa e Cultural de Fernando Pó, para dotar a associação de melhores condições para realizar a Mostra de Vinhos e outras atividades no futuro;
- a criação de um espaço museológico de interpretação da história da aldeia;
- a criação de um pólo de inovação e investigação científica em torno do vinho e da vinha.

Trata-se de um projeto com múltiplas dimensões, apresentado recentemente, e que será construído com a população e os agentes locais. São dois processos distintos, mas que convergem para o mesmo objetivo, ou seja, o da valorização da Aldeia de Fernando Pó, da sua herança histórica e cultural, e da promoção dos vinhos de Fernando Pó, do concelho e da região.

O **Sr. Presidente** aproveita para aduzir os seguintes aspetos.:

- há um esforço do Município de Palmela na divulgação e promoção desses eventos que se for transformado em euros tem um valor muito superior ao valor do subsídio que é atribuído – a logística e a divulgação do evento. Convida a que se consulte a imprensa regional e a imprensa da especialidade dos vinhos, entre outros meios (lonas, outdoors), para aferir que tudo isso tem um custo muito substancial. Solicita que, caso o Sr. Vereador Luís Miguel Calha tenha esse número presente, que o partilhe com os presentes.

Quanto aos comentários do Sr. Vereador António Braz, menciona que percebe a ideia apresentada. Não obstante, considera que de momento não é oportuno, porque o Município tem um plano de *marketing* na candidatura para o “Centro Rural Vinum”. Regista que se deve fazer *marketing* não só daquilo que existe, mas do que vai existir. O que existe à data é insuficiente para a dimensão que o Município pretende.

Acrescenta que a maioria CDU tem a convicção que, se o tempo estiver bom, este ano Fernando Pó vai contar com muito mais visitantes do que nos anos anteriores. É necessário crescer em termos de polos de atração, de infraestruturas e de outras iniciativas, até de carácter privado, que tenham atividade sustentável no local para que o evento não viva só nos três dias da Mostra de Vinhos, mas nos restantes 362 dias do ano. Há que acompanhar as previsões de investimento público da Câmara Municipal nas instalações da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, nos espaços exteriores, na sinalética e no roteiro das adegas. O Município apresenta, igualmente, propostas e ideias para investimento privado e tem sido muito bem recebido por operadores, agentes económicos locais e residentes. O *marketing* tem de acompanhar o conceito depois de lançadas as bases. Por exemplo, o Município de Palmela desafiou a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. e outros agentes para trabalharem em parceria. Já ocorreram contactos muito concretos. No dia 14 de abril vai realizar-se uma reunião com a CP, porque se pretende que o comboio pare no local, conforme vem sendo defendido há anos. O objetivo é que o comboio pare ao longo de todo o ano. Para além disso, pretende-se

envolver empresa de *tours*, de 'escapadelas' e de atividades para que as pessoas venham da capital ao mundo rural. Tem de haver atividades, porque quem passa lá um dia só para ir a uma adega e comprar vinhos pretende mais. Encontram-se destinados para o *marketing* e para a divulgação 100.000 euros.

O **Sr. Vereador António Braz** refere que... **[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção.]**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, quanto à divulgação do evento, o investimento municipal que está previsto no corrente ano ronda os 2.000 euros. Acrescenta que o Município não fica só por aí, pois disponibiliza um técnico para ajudar a construir o programa, a interagir com os agentes económicos locais, as adegas e os agentes turísticos (como, por exemplo, as empresas de animação que promovem visitas ao local). Tudo isto representa um envolvimento muito forte por parte do Município na iniciativa. Para além disso, a Câmara Municipal diligencia no sentido de contactar o Canal Lisboa da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa para que comunique, divulgue e promova a iniciativa. Esse é também um apoio muito considerável que o Município dá ao evento porque se trata de uma forma de valorização e de divulgação do evento à escala internacional.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Arrábida Reserva da Biosfera – Protocolo de Colaboração entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela.

PROPOSTA N.º DCCT 02_09-16:

«A Arrábida é um sítio natural de valor excecional e ímpar pela sua beleza. Lugar com nítida individualidade geográfica e onde a natureza e a cultura se entrelaçam.

A 1 de julho de 2015 a Câmara Municipal de Palmela aprovou a adesão do Município de Palmela à parceria entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e os Municípios de Sesimbra e Setúbal, com vista à promoção de uma candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera.

Nesse sentido, deu-se continuidade ao trabalho já iniciado com a candidatura a Património Mundial, nomeadamente a manutenção em funcionamento das estruturas existentes: Comissão Executiva, Comissão de Acompanhamento, Fórum e Comissão Técnica.

Com vista à elaboração do processo de candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera, torna-se necessário o estabelecimento formal da parceria entre as entidades promotoras.

Assim **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea t) do nº 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e o Município de Palmela, cujo texto se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Arrábida Reserva da Biosfera – Protocolo de Colaboração entre a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela numerada DCCT 02_09-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** alude a que os/a Vereadores/a do Partido Socialista (PS) estão perfeitamente de acordo com a candidatura em relação à região da Arrábida. Parece estar mais enquadrável e realista. Opina que uma Reserva da Biosfera declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma mais-valia no desenvolvimento sustentável da região. Este é também um processo que já foi desbravado em Portugal, na medida em que existem diversas Reservas da Biosfera atribuídas em Portugal, o que pode dar algum suporte e mesmo maior exequibilidade à candidatura. Quanto a Reservas da Biosfera Portuguesas sublinha, por exemplo, as seguintes:

- Em 1981, Boquilobo;
- Em 2007, Corvo (Açores) e Graciosa (Açores);
- Em 2009, Flores (Açores);
- Em 2011, Berlengas (Peniche) e Santana (Madeira);
- Em 2015, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica (Portugal/ Espanha).

Em relação a uma serra esta é a primeira vez, mas regista que se trata de um princípio muito realista da intervenção e uma candidatura muito exequível e útil para esse órgão da UNESCO como outras não o foram.

Conclui dizendo que os/a Eleitos/a do PS vão votar a favor desta proposta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que esta é uma boa candidatura - não que não acreditasse na candidatura da Arrábida a Património da Humanidade -, mas a atual candidatura parece-lhe mais realista e pode ajudar a atingir os objetivos que a outra tinha, nomeadamente, a Arrábida como um polo dinamizador e valorizador do território, da península e até do distrito. É uma candidatura que pode ajudar, e muito, não só à preservação da serra como à sua notoriedade, pelo que a proposta merece o seu voto favorável.

O **Sr. Presidente** sublinha que o caminho tem sido percorrido já há um ano e meio com diversas reuniões com a Coordenadora Portuguesa para esse tipo de projetos. Existe trabalho feito mas que continua a ser desenvolvido, independentemente, da anterior candidatura não ter tido o sucesso desejado - não porque os relatórios dos peritos o indiciassem, mas porque o resultado foi uma desagradável surpresa, porque todos os relatórios dos peritos que, aliás,

estão disponibilizados no sítio da *Internet* da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) em inglês, apontavam para um alto nível de possibilidade de sucesso.

Assegura que a presente candidatura não trata de um plano B ou de um segundo plano. Na sua opinião é um processo com outro potencial, na medida em que, no caso da candidatura da Arrábida a Património Mundial havia atividades no espaço geográfico da Arrábida que eram incompatíveis (por exemplo, a coincidência e, também, outras). No caso em apreço, o conceito da Reserva permite a coexistência de praticamente todos os tipos de atividades instaladas. Aliás, o sucesso da candidatura tem a ver, sobretudo, com o valor económico que também a serra pode acrescentar não apenas em termos turísticos, mas querendo que ela seja vivida com preservação e respeito pelos valores que têm de ser protegidos, ao que acresce a atividade agrícola e silvopastorícia. Não é um espaço em que ninguém possa entrar.

Considera que a serra tem de ser potenciada ainda mais com as atividades endógenas/autóctones num espaço que fica, também, valorizado pela dimensão ambiental, para além do chamado Ambiente “puro e duro” do senso comum. É mais ecológico e tem a ver com todas as atividades que coexistem na serra, mesmo algumas que sejam menos agradáveis e outras que vão ter de ser banidas, mas há outras que têm de acrescentar valor. Congratula-se com a unanimidade alcançada nesta proposta, conforme já indicaram os/a Srs./a Vereadores/a.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Sr. Acúrcio Manuel de Matos

Apresenta cumprimentos.

Frequenta há dez anos o Centro de Saúde de Palmela. Destaca a rampa existente e um sinal vertical de cedência de passagem que se encontra tombado há largos anos. Essa situação pode ser potenciadora de acidentes e o caso é tanto mais grave por ser um local onde se encontra um precipício. Lamenta que não seja tomada nenhuma decisão relativamente à situação que descreve.

O **Sr. Presidente** agradece a chamada de atenção. Assegura que a situação vai ser corrigida e o sinal colocado em condições.

- **Reunião de Câmara descentralizada** - Antes de dar por concluída a reunião, o **Sr. Presidente** informa que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Palmela vai ser descentralizada e realiza-se no dia 20 de abril, às 21:00 horas, na sede da Associação de Moradores da Quinta da Marquesa II – 1.ª Fase, no âmbito do projeto da “Semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo”.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quarenta e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco